

Sumário

Agradecimentos.....	11
Apresentação	13
Nota do Autor à Quarta Edição	15
Nota do Autor à Terceira Edição	17

Capítulo 1

Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1	Princípios processuais penais.....	37
1.2	A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais	37
1.3	Garantia do juiz independente e imparcial.....	42
1.4	Garantia do juiz natural	47
1.5	Garantias do contraditório e ampla defesa	54
1.6	Garantia da igualdade de partes.....	59
1.7	Garantia do estado de inocência.....	60
1.8	Garantia da motivação	64
1.9	Garantia da publicidade	69
1.10	Garantia do duplo grau de jurisdição	72
1.11	Garantia do processo no prazo razoável	76
1.12	Garantia do devido processo legal.....	85
1.13	A regra da proporcionalidade e as garantias processuais	87
1.14	Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório	95
1.14.1	Características.....	95
1.14.2	A essência do processo penal acusatório	96
1.14.3	Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz.....	96

Capítulo 2

Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1	A lei processual penal no tempo	101
2.1.1	Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal	102
2.1.2	Direito intertemporal: problemas específicos.....	105
2.1.2.1	Normas sobre procedimento.....	105
2.1.2.2	Normas sobre prova	106
2.1.2.3	Normas sobre recursos.....	107
2.1.2.4	Normas sobre prisão e liberdade	110
2.2	A lei processual penal no espaço	112
2.3	Interpretação da lei processual penal	114

Capítulo 3

Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1	Noções gerais.....	121
3.2	Inquérito policial: finalidade	122

20 PROCESSO PENAL

3.3	Inquéritos extrapoliciais	123
3.4	Natureza jurídica e características	124
3.5	Dispensabilidade do inquérito	128
3.6	Âmbito de atuação da autoridade policial	128
3.7	Início do inquérito policial	130
3.8	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies	134
3.9	Diligências	135
3.10	Identificação criminal	139
3.11	Indiciamento	143
3.12	Incomunicabilidade do preso	144
3.13	Término do inquérito policial	145
3.14	Arquivamento do inquérito policial	147
3.15	Vícios do inquérito policial	150
3.16	Valor probatório	151
3.15	Investigação pelo Ministério Público	153
3.16	Investigação pela defesa	156

Capítulo 4 Ação penal

4.1	Noções gerais sobre o direito de ação	161
4.1.1	Teorias imanentistas do direito de ação	161
4.1.2	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação	162
4.1.3	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação	162
4.1.4	Teoria da ação de Liebman	163
4.2	Condições da ação penal	164
4.2.1	Possibilidade jurídica do pedido	165
4.2.2	Interesse de agir	167
4.2.3	Legitimidade de partes	168
4.2.4	Justa causa para a ação penal	170
4.2.5	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito	177
4.3	Classificação da ação penal	184
4.3.1	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada	184
4.3.2	Critério subjetivo de classificação	186
4.3.3	Determinação da espécie de ação penal	187
4.3.4	Razão de ser das espécies de ação penal	189
4.3.5	Características fundamentais das espécies de ação penal	189
4.4	Ação penal pública incondicionada	189
4.4.1	Noções gerais	189
4.4.2	Princípios	190
4.5	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	191
4.6	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	194
4.7	Ação penal de iniciativa privada	194
4.7.1	Princípios	194
4.7.2	Queixa	195
4.8	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal	197
4.8.1	Decadência	197
4.8.2	Renúncia ao direito de queixa	198
4.8.3	Perdão do ofendido	199

4.8.4	Perempção	199
4.9	Denúncia ou queixa	201
4.9.1	Requisitos da denúncia ou queixa	201
4.9.1.1	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	201
4.9.1.2	Qualificação do acusado.....	203
4.9.1.3	Classificação do crime.....	204
4.9.1.4	Rol de testemunhas	205
4.9.1.5	Elementos autenticativos.....	205
4.9.2	Aditamento da denúncia	206

Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1	Noções gerais	211
5.2	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização.....	211
5.3	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i>	212
5.4	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis	214
5.5	Sentença condenatória e o responsável civil.....	215
5.6	Rescisão do julgado penal	216
5.7	Efeitos civis da absolvição penal.....	217
5.7.1	Absolvição por excludentes de ilicitude	220
5.7.1.1	Legítima defesa	220
5.7.1.2	Estado de necessidade.....	221
5.7.1.3	Estrito cumprimento do dever legal	222
5.7.1.4	Exercício regular de direito	222
5.8	Vinculação da absolvição e contraditório	222

Capítulo 6 Competência

6.1	Noções gerais	225
6.2	Concretização da competência.....	227
6.3	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento	230
6.4	Critérios de distribuição de competência	233
6.4.1	Competência pelo lugar da infração	237
6.4.2	Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	240
6.4.3	Competência pela prevenção	243
6.4.4	Competência pela natureza da infração.....	244
6.4.5	Competência pela distribuição.....	246
6.4.6	Competência por prerrogativa de função	248
6.5	Prorrogação da competência	252
6.5.1	Noções preliminares	252
6.5.2	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	254
6.5.3	Conexão.....	256
6.5.4	Continência	259
6.5.5	Efeitos da conexão e da continência	260
6.5.6	Dos critérios de definição do foro prevalectente	263
6.5.7	Desaforamento	268
6.5.8	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos	269
6.6	Disposições especiais sobre competência	269

Capítulo 7
Sujeitos processuais

7.1	Juiz.....	277
7.1.1	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes	277
	7.1.1.1 Hipóteses de impedimentos	278
	7.1.1.2 Hipóteses de incompatibilidades.....	282
	7.1.1.3 Procedimento.....	283
	7.1.1.4 Efeitos	283
7.1.2	Suspeição do juiz.....	284
	7.1.2.1 Hipóteses de suspeição.....	284
	7.1.2.2 Abstenção do juiz	286
	7.1.2.3 Atos do juiz suspeito	286
	7.1.2.4 Suspeição dos jurados	286
7.2	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	287
7.3	Ministério Público.....	288
	7.3.1 Natureza jurídica	288
	7.3.2 Parte interessada ou “parte imparcial”	288
	7.3.3 Princípios do Ministério Público.....	290
	7.3.4 Impedimentos do Ministério Público	292
7.4	Autoridade policial	293
7.5	Acusado	293
	7.5.1 Questões terminológicas	293
	7.5.2 Pessoa jurídica	294
	7.5.3 A autodefesa do acusado	294
	7.5.4 Revelia do acusado	295
7.6	Defensor.....	295
	7.6.1 Defesa técnica	295
	7.6.2 Finalidade da defesa.....	296
	7.6.3 Aspectos terminológicos	296
	7.6.4 Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva	296
	7.6.5 Momento inicial da defesa técnica.....	297
7.7	Curador.....	298
	7.7.1 Finalidade	298
7.8	Assistente de acusação	299
	7.8.1 Finalidade	300
	7.8.2 Cabimento	301
	7.8.3 Momento	302
	7.8.4 Legitimados	302
	7.8.5 Poderes do assistente.....	305
	7.8.6 O assistente e a testemunha.....	306

Capítulo 8
Questões e processos incidentes

8.1	Questões e processos incidentes	313
8.2	Questões prejudiciais	314
	8.2.1 Noções gerais	314
	8.2.2 Classificações.....	315
	8.2.3 Questões prejudiciais sobre estado das pessoas.....	317
	8.2.4 Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas.....	319
	8.2.5 Legitimados	321
	8.2.6 Momento de arguição.....	321

8.2.7	Recurso	322
8.3	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade	322
8.3.1	Exceção de suspeição	323
8.3.1.1	Abstenção do juiz	323
8.3.1.2	Legitimados	323
8.3.1.3	Momento da arguição	324
8.3.1.4	Procedimento	325
8.3.1.5	Exceção de suspeição dos jurados	327
8.3.1.6	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público	327
8.3.1.7	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	328
8.3.1.8	Suspeição da autoridade policial	328
8.3.2	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades	328
8.3.2.1	Procedimento	329
8.4	Da exceção de incompetência	329
8.4.1	Hipóteses de incompetência	330
8.4.2	Abstenção do juiz	330
8.4.3	Legitimados	331
8.4.4	Momento da arguição	331
8.4.5	Procedimento	332
8.5	Exceção de litispendência e de coisa julgada	333
8.5.1	Distinção	333
8.5.2	Legitimados	335
8.5.3	Momento de arguição	335
8.5.4	Procedimento	336
8.5.5	Recurso	336
8.6	Exceção de ilegitimidade de parte	337
8.6.1	Cabimento	337
8.6.2	Legitimados	338
8.6.3	Momento de arguição	338
8.6.4	Procedimento	338
8.6.5	Recurso	339
8.7	Da restituição das coisas apreendidas	340
8.7.1	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas	340
8.7.2	Legitimados	341
8.7.3	Momento	342
8.7.4	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida	342
8.7.5	Requisitos	342
8.7.6	Procedimento	344
8.7.7	Destino das coisas não restituídas	346
8.7.8	Natureza jurídica	346
8.8	Incidente de falsidade documental	347
8.8.1	Cabimento	348
8.8.2	Legitimados	350
8.8.3	Momento	350
8.8.4	Procedimento	351
8.9	Incidente de insanidade mental	352
8.9.1	Cabimento	353
8.9.2	Legitimados	353
8.9.3	Momento	354
8.9.4	Procedimento	354

24 PROCESSO PENAL

8.9.5 Resultado do laudo..... 356

Capítulo 9
Comunicação dos atos processuais

9.1 Atos de comunicação processual..... 361
9.2 Citação 361
9.2.1 Noções gerais e espécies de citação 361
9.2.2 Citação por mandado 362
9.2.3 Citação por edital 368
9.2.4 Citação com hora certa 371
9.2.5 Citação e revelia 372
9.2.6 Vícios da citação..... 374
9.3 Intimação..... 374

Capítulo 10
Da prova

10.1 Teoria geral da prova 381
10.1.1 Noções preliminares 381
10.1.2 Processo penal, prova e verdade 382
10.1.3 Conceitos e significados sobre a prova 385
10.1.4 Meios de prova e meios de obtenção de prova 387
10.1.4.1 Meios de prova 388
10.1.4.2 Meios de obtenção de prova 389
10.1.5 Prova atípica e prova anômala 390
10.1.6 Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório 391
10.1.7 Prova emprestada..... 395
10.1.8 Objeto da prova..... 399
10.1.9 Momentos probatórios..... 400
10.1.10 Os critérios lógicos de admissibilidade das provas 401
10.1.11 Provas ilícitas 405
10.1.11.1 Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções 405
10.1.11.2 Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas..... 407
10.1.11.3 Prova ilícita por derivação 412
10.1.12 Prova por videoconferência..... 414
10.1.13 Sistemas de valoração da prova 419
10.1.13.1 O valor dos elementos informativos do inquérito policial 420
10.1.13.2 O valor dos elementos não produzidas em contraditório: corroboração..... 421
10.1.13.3 Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis..... 424
10.1.14 Ônus da prova 427
10.1.14.1 Noções gerais 427
10.1.14.2 Ônus da prova: espécies 428
10.1.14.3 Ônus da prova quanto aos elementos do crime 429
10.1.15 Critérios de decisão: o problema dos *standards* probatórios 435
10.2 Exame de corpo de delito e outras perícias..... 438
10.2.1 Conceito 438
10.2.2 Características..... 438
10.2.3 Classificações 438

10.2.4	Perito	439
10.2.5	Corpo do delito e exame de corpo de delito.....	439
10.2.6	Exame de corpo de delito direto e indireto	441
10.2.7	Procedimento probatório	443
10.2.8	Valor probatório	445
10.3	Interrogatório.....	446
10.3.1	Natureza jurídica	446
10.3.2	Características.....	447
10.3.3	Local do interrogatório	449
10.3.4	Procedimento e conteúdo	449
10.3.5	Valor probatório	450
10.4	Confissão	450
10.4.1	Conceito e elementos	450
10.4.2	Natureza jurídica	451
10.4.3	Classificações.....	451
10.4.4	Características.....	452
10.4.5	Valor probatório	453
10.5	Delação ou chamamento do corréu.....	454
10.5.1	Conceito	454
10.5.2	Natureza jurídica	454
10.5.3	Requisitos	455
10.5.4	Valor probatório	456
10.5.5	Da denominada delação premiada.....	456
	10.5.5.1 O acordo de delação premiada.....	458
	10.5.5.2 A homologação judicial do acordo	459
	10.5.5.3 A produção da prova nos processo com delação premiada	460
	10.5.5.4 O valor probatório da delação premiada.....	461
10.6	Declarações do ofendido	465
10.6.1	Posição do ofendido no processo penal	465
10.6.2	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas	465
10.6.3	Natureza jurídica	466
10.6.4	Procedimento probatório	466
10.6.5	Valor probatório	467
10.7	Prova testemunhal	468
10.7.1	Conceito	468
10.7.2	Características.....	468
10.7.3	Classificações.....	469
10.7.4	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor	470
10.7.5	Lugar do depoimento	471
10.7.6	Procedimento probatório	472
10.7.7	Contradita.....	475
10.7.8	Valor probatório da prova testemunhal	476
10.8	Acareação.....	478
10.8.1	Conceito e características.....	478
10.8.2	Procedimento probatório.....	479
10.8.3	Valor probatório	480
10.9	Reconhecimento de pessoa ou coisa.....	481
10.9.1	Conceito	481
10.9.2	Procedimento.....	481
10.9.3	Valor probatório	483

10.10	Prova documental	485
10.10.1	Conceito	485
10.10.2	Características.....	485
10.10.3	Espécies	486
10.10.4	Documento eletrônico	486
10.10.5	Procedimento probatório	487
10.10.6	Valor probatório	489
10.11	Indícios e presunções	490
10.11.1	Conceito	490
10.11.2	Raciocínio indiciário	490
10.11.3	Valor probatório	491
10.11.4	Indícios e presunções	492
10.11.5	Espécies de presunções	492
10.11.6	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	493
10.11.7	Presunções absolutas	494
10.12	Busca e apreensão.....	495
10.12.1	Busca domiciliar.....	496
10.12.2	Busca pessoal	499
10.12.3	Procedimento da busca e apreensão	501
10.13	Interceptação telefônica	504
10.13.1	Questões terminológicas.....	504
10.13.2	Disciplina constitucional	506
10.13.3	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996.....	510
10.13.4	Natureza jurídica da medida	511
10.13.5	Requisitos para a interceptação telefônica.....	511
10.13.6	Legitimados e momento	514
10.13.7	Juiz e competência	516
10.13.8	Procedimento probatório	517
10.13.9	Valor probatório.....	524

Capítulo 11 Sentença e coisa julgada

11.1	Sentença.....	531
11.1.1	Conceito	531
11.1.2	Classificação e denominações	532
11.1.3	Requisitos da sentença	532
11.1.4	Sentença absolutória	536
11.1.5	Sentença condenatória	537
11.1.6	Intimação da sentença.....	538
11.1.7	Efeitos da sentença.....	539
11.2	Correlação entre acusação e sentença	540
11.2.1	Noções gerais	540
11.2.2	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383)	541
11.2.3	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	542
11.3	Coisa julgada.....	550
11.3.1	Noções gerais	550
11.3.2	Coisa julgada formal	551
11.3.3	Coisa julgada material.....	551
11.3.4	Limites objetivos da coisa julgada	552
11.3.4.1	Problemas específicos	554

11.3.5	Limites subjetivos da coisa julgada.....	556
11.3.5.1	Problemas específicos.....	556

Capítulo 12 Do Processo

12.1	Natureza do processo	563
12.2	Objeto do processo penal.....	569
12.2.1	A irrelevância da lide penal	569
12.2.2	A pretensão punitiva: pretensão material.....	578
12.2.3	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal	583
12.3	Dos chamados pressupostos processuais	586

Capítulo 13 Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1	Noções preliminares	593
13.2	Do procedimento comum ordinário.....	596
13.2.1	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	596
13.2.2	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar	598
13.2.3	Citação do acusado	599
13.2.4	Resposta.....	599
13.2.5	Absolvição sumária	604
13.2.6	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa.....	606
13.2.7	Audiência de instrução, debates e julgamento	608
13.2.7.1	Declarações do ofendido	608
13.2.7.2	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	609
13.2.7.3	Esclarecimentos dos peritos	613
13.2.7.4	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas	613
13.2.7.5	Interrogatório	614
13.2.7.6	Diligências complementares	616
13.2.7.7	Alegações finais.....	616
13.2.7.8	Sentença	620
13.3	Procedimento sumário.....	623
13.3.1	Aplicação do procedimento sumário.....	624
13.3.2	O procedimento sumário (arts. 531 e 538).....	624
13.4	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais	626
13.4.1	Noções preliminares	626
13.4.2	Infração penal de menor potencial ofensivo	627
13.4.3	Processo penal consensual	630
13.4.3.1	Composição civil	630
13.4.3.2	Representação do ofendido	631
13.4.3.3	Transação penal.....	633
13.4.3.4	Suspensão condicional do processo	638
13.4.4	Procedimento.....	641
13.4.4.1	Termo circunstanciado	642
13.4.4.2	Audiência preliminar	643
13.4.4.3	Audiência de instrução e julgamento	646
13.5	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri	651
13.5.1	Noções preliminares	651
13.5.2	Características constitucionais do júri brasileiro.....	652

13.5.2.1	Plenitude de defesa	653
13.5.2.2	Sigilo das votações	653
13.5.2.3	Soberania dos veredictos	655
13.5.2.4	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.....	656
13.5.3	Procedimento no juízo de acusação	657
13.5.3.1	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	658
13.5.3.2	Juízo de admissibilidade da acusação	658
13.5.3.3	Citação do acusado	658
13.5.3.4	Resposta.....	658
13.5.3.5	Réplica	659
13.5.3.6	Absolvição sumária do art. 397	660
13.5.3.7	Audiência de instrução, debates e julgamento	660
13.5.3.7.1	Declarações do ofendido	661
13.5.3.7.2	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	661
13.5.3.7.3	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhe- cimento de pessoas ou coisas	662
13.5.3.7.4	Interrogatório	663
13.5.3.7.5	Alegações finais	663
13.5.4	Pronúncia	664
13.5.5	Impronúncia	669
13.5.6	Absolvição sumária	670
13.5.7	Desclassificação	673
13.5.8	Juízo da causa – Noções preliminares.....	676
13.5.9	Requerimento de diligências da acusação e da defesa	676
13.5.10	Preparação do processo	677
13.5.11	Desaforamento	678
13.5.12	Aceleração do julgamento	682
13.5.13	Ordem dos julgamentos	683
13.5.14	A função dos jurados e a organização do júri.....	683
13.5.15	Formação e convocação do júri.....	687
13.5.16	Do julgamento pelo júri	688
13.5.16.1	Verificação da presença das partes e testemunhas.....	688
13.5.16.2	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação.....	691
13.5.16.3	Pregão e adiamentos.....	691
13.5.16.4	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados	692
13.5.16.5	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas	694
13.5.16.6	Compromisso dos jurados	696
13.5.16.7	Oitiva da vítima e das testemunhas	697
13.5.16.8	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimen- tos dos peritos.....	698
13.5.16.9	Leitura de peças	698
13.5.16.10	Interrogatório do acusado	701
13.5.16.11	Uso de algemas.....	702
13.5.16.12	Debates orais	703
13.5.16.13	Vedação de utilização de argumentos	706
13.5.16.14	Juntada de documentos.....	709
13.5.16.15	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	711
13.5.16.16	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença	711
13.5.16.17	Leitura dos quesitos	712
13.5.16.18	Sala secreta.....	712
13.5.16.19	Quesitos.....	713

	13.5.16.20 Votação dos quesitos	719
	13.5.16.21 Sentença.....	721
	13.5.16.22 Desclassificação pelo conselho de sentença	722
	13.5.16.23 Leitura da sentença	725
13.6	Procedimento dos crimes falimentares	725
13.6.1	Noções gerais	725
13.6.2	Extinção do inquérito judicial.....	726
13.6.3	Ação penal subsidiária	727
13.6.4	Sentença declaratória da falência.....	728
13.6.5	Recebimento da denúncia	728
13.6.6	Competência do juiz criminal	728
13.7	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos	729
13.7.1	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial	729
13.7.2	Cabimento do procedimento	730
13.7.3	Competência e foro por prerrogativa de função.....	732
13.7.4	Denúncia.....	733
13.7.5	Resposta escrita	734
13.7.6	Recebimento da denúncia	736
13.7.7	Rejeição da denúncia	737
13.8	Procedimento dos crimes contra a honra	738
13.8.1	Noções gerais	738
13.8.2	Cabimento	739
13.8.3	Audiência de reconciliação	740
13.8.4	Exceção da verdade	743
13.8.5	Exceção da notoriedade do fato.....	746
13.8.6	Pedido de explicações	747
13.9	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	749
13.9.1	Noções gerais	749
13.9.2	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada.....	751
	13.9.2.1 O exame pericial	751
	13.9.2.2 Ação penal.....	755
13.9.3	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública	758
13.9.4	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial	761
13.10	Do procedimento especial dos crimes de drogas	762
13.10.1	Noções gerais	762
13.10.2	Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008.....	763
13.10.3	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes	765
13.10.4	Inquérito policial	766
13.10.5	Oferecimento da denúncia	768
13.10.6	Possibilidade de rejeição da denúncia	770
13.10.7	Notificação.....	770
13.10.8	Resposta	770
13.10.9	Diligências	772
13.10.10	Juízo de admissibilidade da acusação	772
13.10.11	Possibilidade de absolvição sumária	775
13.10.12	Audiência de instrução e julgamento	776

Capítulo 14 Nulidade dos atos processuais

14.1	Noções gerais	787
------	---------------------	-----

14.2	Atos inexistentes	789
14.3	Nulidades absolutas	793
14.4	Nulidades relativas	794
14.5	Princípios relativos às nulidades	794
14.5.1	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas	794
14.5.2	Princípio da causalidade	796
14.5.3	Princípio do interesse	797
14.6	Nulidades cominadas no CPP	798
14.7	Convalidação dos atos processuais	807
14.8	Meios para alegar as nulidades	810

Capítulo 15

Recursos

15.1	Teoria geral dos recursos	815
15.1.1	Fundamento do direito ao recurso	815
15.1.2	Conceito e classificações	816
15.1.3	Princípios relativos aos recursos	817
15.1.3.1	Taxatividade	817
15.1.3.2	Unirrecorribilidade das decisões	818
15.1.3.3	Fungibilidade recursal	818
15.1.3.4	Dialeticidade	822
15.1.3.5	Disponibilidade	823
15.1.3.6	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	823
15.1.3.7	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	824
15.1.4	Efeitos dos recursos	827
15.1.4.1	Efeito devolutivo	827
15.1.4.2	Efeito suspensivo	828
15.1.4.3	Efeito regressivo ou iterativo	829
15.1.4.4	Efeito extensivo	830
15.1.5	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	831
15.1.5.1	Juízo de admissibilidade	831
15.1.5.2	Juízo de mérito	832
15.1.6	Requisitos de admissibilidade	833
15.1.6.1	Cabimento	834
15.1.6.2	Tempestividade	835
15.1.6.3	Regularidade formal	837
15.1.6.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	838
15.1.6.4.1	Fatos impeditivos	838
15.1.6.4.2	Fatos extintivos	842
15.1.6.5	Legitimidade	844
15.1.6.6	Interesse	848
15.2	Apelação	850
15.2.1	Noções gerais	850
15.2.2	Requisitos de admissibilidade	850
15.2.2.1	Cabimento – CPP, art. 593	850
15.2.2.2	Tempestividade	854
15.2.2.3	Regularidade formal	855
15.2.2.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	856
15.2.2.5	Legitimidade	857
15.2.2.6	Interesse	858

15.2.3	Procedimento.....	858
15.2.4	Efeitos da apelação.....	859
15.3	Recurso em sentido estrito.....	860
15.3.1	Noções gerais.....	860
15.3.2	Requisitos de admissibilidade.....	860
15.3.2.1	Cabimento – CPP, art. 581.....	860
15.3.2.2	Tempestividade.....	867
15.3.2.3	Regularidade formal.....	868
15.3.2.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	869
15.3.2.5	Legitimidade.....	869
15.3.2.6	Interesse.....	870
15.3.3	Procedimento.....	870
15.3.4	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	871
15.4	Embargos de declaração.....	872
15.4.1	Noções gerais.....	872
15.4.2	Requisitos de admissibilidade.....	873
15.4.2.1	Cabimento.....	873
15.4.2.2	Tempestividade.....	875
15.4.2.3	Regularidade formal.....	875
15.4.2.4	Legitimidade e interesse.....	875
15.4.3	Procedimento.....	876
15.4.4	Efeitos dos embargos de declaração.....	877
15.4.5	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos.....	878
15.4.6	Julgamento dos embargos de declaração.....	879
15.5	Embargos infringentes e de nulidades.....	880
15.5.1	Noções gerais.....	880
15.5.2	Requisitos de admissibilidade.....	881
15.5.2.1	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	881
15.5.2.2	Tempestividade.....	882
15.5.2.3	Regularidade formal.....	883
15.5.2.4	Legitimidade e interesse.....	884
15.5.3	Procedimento.....	884
15.5.4	Efeitos dos embargos infringentes.....	885
15.6	Carta testemunhável.....	886
15.6.1	Noções gerais.....	886
15.6.2	Requisitos de admissibilidade.....	887
15.6.2.1	Cabimento.....	887
15.6.2.2	Tempestividade.....	887
15.6.2.3	Legitimidade.....	888
15.6.3	Procedimento.....	888
15.6.4	Efeitos da carta testemunhável.....	890
15.7	Correição parcial.....	890
15.7.1	Noções gerais.....	890
15.7.2	Requisitos de admissibilidade.....	891
15.7.2.1	Cabimento.....	891
15.7.2.2	Tempestividade.....	893
15.7.2.3	Legitimidade.....	894
15.7.3	Procedimento.....	894
15.7.4	Efeitos da correição parcial.....	895
15.8	Recursos especial e extraordinário.....	896

15.8.1	Noções gerais	896
15.8.2	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	897
15.8.2.1	Cabimento	897
15.8.2.1.1	Questões comuns	897
15.8.2.1.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	902
15.8.2.1.3	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	908
15.8.2.2	Tempestividade	910
15.8.2.3	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	911
15.8.2.4	Legitimidade	911
15.8.2.5	Interesse.....	912
15.8.3	Procedimento.....	913
15.8.4	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	915
15.8.5	Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal	923
15.8.6	Efeitos dos recursos especial e extraordinário	924
15.9	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	926
15.9.1	Noções gerais	926
15.9.2	O agravo no novo Código de Processo Civil	927
15.9.3	Requisitos de admissibilidade	927
15.9.3.1	Cabimento	927
15.9.3.2	Tempestividade	928
15.9.4	Procedimento.....	928
15.9.5	Efeitos do agravo	929
15.10	Embargos de Divergência	930
15.10.1	Noções gerais	930
15.10.2	Requisitos de admissibilidade	931
15.10.2.1	Cabimento	931
15.10.2.1.1	Características do acórdão embargado.....	932
15.10.2.1.2	Características do acórdão paradigma	933
15.10.2.2	Tempestividade	934
15.10.2.3	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência ..	934
15.10.2.4	Ausência de fato impeditivo	936
15.10.2.5	Legitimidade e interesse.....	937
15.10.3	Procedimento.....	938
15.10.3.1	Embargos de Divergência no STF	938
15.10.3.2	Embargos de Divergência no STJ.....	939
15.10.4	Efeitos dos Embargos de Divergência	939
15.11	Agravo em execução.....	941
15.11.1	Noções gerais	941
15.11.2	Requisitos de admissibilidade	941
15.11.2.1	Cabimento	941
15.11.2.2	Tempestividade	941
15.11.2.3	Legitimidade e interesse.....	942
15.11.3	Procedimento.....	942
15.11.4	Efeitos do agravo em execução	942

Capítulo 16

Habeas corpus

16.1	Natureza jurídica	947
16.2	Notícias históricas.....	947
16.3	Tutela jurisdicional	948

16.4	Condições da ação.....	949
16.4.1	Possibilidade jurídica do pedido	949
16.4.2	Interesse de agir	950
16.4.3	Legitimidade	954
16.4.3.1	Legitimados ativos	954
16.4.3.2	Legitimado passivo	956
16.5	Pressupostos processuais	957
16.6	Competência	960
16.7	Procedimento.....	961
16.8	Ônus da prova.....	963

Capítulo 17
Revisão criminal

17.1	Noções gerais.....	969
17.2	Condições da ação.....	971
17.2.1	Possibilidade jurídica do pedido	971
17.2.2	Interesse de agir	977
17.2.3	Legitimidade	978
17.3	Pressupostos processuais	979
17.4	Procedimento.....	980
17.5	Ônus da prova.....	981
17.6	Efeitos da sentença absolutória	981
17.7	Coisa julgada	983
17.8	Indenização pelo erro judiciário.....	983

Capítulo 18
Medidas cautelares

18.1	Teoria geral da tutela cautelar processual penal	987
18.1.1	Espécies de medidas cautelares	987
18.1.2	Características das tutelas cautelares.....	988
18.1.2.1	Instrumentalidade hipotética	988
18.1.2.2	Acessoriedade	989
18.1.2.3	Preventividade	989
18.1.2.4	Provisoriedade	990
18.1.2.5	Cognição sumária	991
18.1.2.6	Referibilidade.....	993
18.1.2.7	Proporcionalidade.....	994
18.1.3	Legalidade das medidas cautelares penais	994
18.1.4	Processo cautelar e medidas cautelares penais	997
18.1.5	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal	998
18.2	Medidas cautelares pessoais	1001
18.2.1	Características das medidas cautelares pessoais	1003
18.2.1.1	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	1003
18.2.1.2	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada	1006
18.2.1.3	Contraditoriedade.....	1009
18.2.1.4	Excepcionalidade da prisão preventiva	1010
18.2.1.5	Cumulatividade	1010
18.2.2	Prisão em flagrante.....	1011
18.2.2.1	Conceito e finalidade	1011

	18.2.2.2	Classificação	1011
	18.2.2.3	Situação de flagrante	1012
	18.2.2.4	Situações especiais	1013
	18.2.2.5	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito	1015
	18.2.2.6	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade	1018
	18.2.2.7	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial ...	1019
18.2.3		Prisão preventiva	1021
	18.2.3.1	Momento para decretação	1022
	18.2.3.2	Legitimidade para requerer a prisão	1023
	18.2.3.3	Legitimidade para decretar a prisão	1024
	18.2.3.4	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva ...	1024
	18.2.3.5	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva ...	1025
	18.2.3.6	Requisitos positivos da prisão preventiva	1027
	18.2.3.6.1	Garantia da ordem pública	1027
	18.2.3.6.2	Garantia da ordem econômica	1031
	18.2.3.6.3	Conveniência da instrução criminal	1032
	18.2.3.6.4	Assegurar a aplicação da lei penal	1033
	18.2.3.6.5	A nova situação de <i>periculum libertatis</i> : o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão	1035
	18.2.3.7	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva	1036
	18.2.3.7.1	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada	1038
	18.2.3.8	Necessidade de fundamentação	1039
	18.2.3.9	Prisão domiciliar	1042
	18.2.3.10	Revogação da prisão preventiva	1043
18.2.4		Prisão temporária	1045
	18.2.4.1	Hipóteses de cabimento	1045
	18.2.4.2	Momentos para a decretação da prisão temporária	1046
	18.2.4.3	Legitimados para requerer a prisão temporária	1047
	18.2.4.4	Prazo e término da prisão temporária	1047
	18.2.4.5	Fundamentação da decretação da prisão temporária	1048
18.2.5		Audiência de custódia	1049
	18.2.5.1	Da denominação: audiência de custódia	1049
	18.2.5.2	A garantia do art. 7.5 da CADH	1049
	18.2.5.3	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz	1050
	18.2.5.4	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH	1056
	18.2.5.5	Da consequência da inobservância do direito do preso ser levado, sem demora, à presença do juiz	1058
	18.2.5.6	Da regulamentação da audiência de custódia pela Resolução n. 213/2015 do CNJ	1058
18.2.6		Medidas cautelares alternativas à prisão	1063
	18.2.6.1	Novas medidas alternativas à prisão preventiva	1063
	18.2.6.2	Natureza: as novas medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?	1064
	18.2.6.3	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão	1065
	18.2.6.4	Características: preferibilidade e cumulatividade	1068
	18.2.6.5	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão	1069
	18.2.6.6	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?	1071

18.2.6.7	Medidas em espécie.....	1073
18.2.6.7.1	Comparecimento periódico a juízo.....	1073
18.2.6.7.2	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1075
18.2.6.7.3	Proibição de contato com pessoa determinada	1077
18.2.6.7.4	Proibição de ausentar-se da comarca.....	1079
18.2.6.7.5	Recolhimento domiciliar noturno	1081
18.2.6.7.6	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1082
18.2.6.7.7	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável.....	1088
18.2.6.7.8	Fiança.....	1090
18.2.6.7.8.1	Cabimento e os crimes inafiançáveis	1091
18.2.6.7.8.2	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade	1094
18.2.6.7.8.3	Legitimidade para conceder a fiança	1095
18.2.6.7.8.4	Valor da fiança	1097
18.2.6.7.8.5	Destino dos bens dados em fiança.....	1098
18.2.6.7.8.6	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda.....	1099
18.2.6.7.9	Monitoração eletrônica.....	1102
18.2.6.7.10	Proibição de ausentar-se do país	1104
18.2.7	Liberdade provisória	1105
18.2.7.1	Noções gerais	1105
18.2.7.2	Natureza jurídica	1106
18.2.7.3	Vedação da liberdade provisória.....	1106
18.2.7.4	Classificação	1108
18.2.7.5	Momento	1108
18.2.7.6	Concessão da liberdade provisória	1108
18.2.7.7	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude	1109
18.2.7.8	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”	1110
18.2.7.9	Liberdade provisória mediante fiança	1111
18.3	Medidas cautelares patrimoniais	1111
18.3.1	Sequestro	1113
18.3.1.1	Sequestro de bens imóveis.....	1113
18.3.1.1.1	Objeto.....	1113
18.3.1.1.2	Requisito	1114
18.3.1.1.3	Legitimados	1114
18.3.1.1.4	Momento	1115
18.3.1.1.5	Finalidade.....	1115
18.3.1.1.6	Levantamento	1116
18.3.1.1.7	Influência do resultado do processo condenatório.....	1117
18.3.1.2	Sequestro de bens móveis.....	1118
18.3.1.3	Meios de defesa contra o sequestro de bens	1118
18.3.1.4	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal	1124
18.3.1.5	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação	1127
18.3.2	Especialização e registro da hipoteca legal	1129
18.3.2.1	Objeto	1130
18.3.2.2	Requisito	1130
18.3.2.3	Legitimados	1130
18.3.2.4	Momento	1130

36 PROCESSO PENAL

18.3.2.5	Procedimento.....	1131
18.3.2.6	Finalidade	1132
18.3.3	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal	1133
18.3.4	Arresto subsidiário de bens móveis	1134
18.3.5	Da alienação antecipada	1136
18.3.5.1	Finalidade e hipótese de cabimento	1136
18.3.5.2	Procedimento.....	1137
	Referências Bibliográficas	1145